



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 911, DE 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor LUIS CARLOS GUEDES PINTO, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a situação e as medidas adotadas em relação ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office) (FVO), que em missão européia ao Brasil, no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro, no tocante ao controle fito-sanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, constatou que: *"a maioria das deficiências encontradas em 2003 não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes àquelas oferecidas pela legislação da comunidade européia"*.

O Relatório aponta, ainda, falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos - PNCR, elaborado pelo Ministério da Agricultura, e a incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela UE e a ausência de testes para estas substâncias expõe a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela Missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, através da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001 a balança comercial de pescados brasileira é positiva e no ano passado o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou 385 milhões de dólares em divisas com as exportações. As condições naturais do país para a aquicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que nos últimos cinco anos a criação de camarões e tilápias no Brasil aumentassem 160% e 113%, respectivamente.

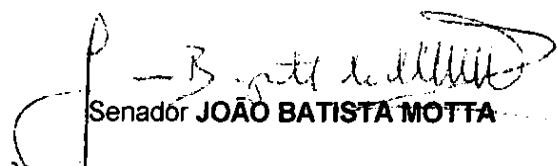
Mas, infelizmente, todo este avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos oficial (PNCR).

Já se têm notícias, inclusive, que o mel brasileiro já sofreu restrições e a carne e o frango, também, estão ameaçados.

Este problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará consequências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vários estados que desenvolvem a carcinicultura e a pesca serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba, dentre outros.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006.


Senador JOÃO BATISTA MOTTA

Publicado no Diário do Senado Federal, de 11/08/2006.